



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME**  
**SECRETARIA EXECUTIVA**  
**SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**  
**COORDENAÇÃO DE CONTRATOS**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 22/2011,  
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE  
SUPORTE OPERACIONAL ESPECIALIZADO,  
QUE ENTRE SI CELEBRAM, A UNIÃO, POR  
INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO  
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE  
À FOME - MDS E A EMPRESA WORKS  
CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA.**

**PROCESSO Nº 71000.067366/2011-78.**

A **UNIÃO**, por meio do **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME**, CNPJ/MF 05.756.246/0001-01, com sede no Bloco "C" da Esplanada dos Ministérios, em Brasília-DF, representada pela Subsecretária de Assuntos Administrativos, Senhora **NATASCHA RODENBUSCH VALENTE**, portadora da Cédula de Identidade nº 9044601211 SJS/RS –, inscrita no CPF sob o nº 533.612.100-20, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº 749, publicada no Diário Oficial da União de 22 de março de 2011, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **WORKS CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA.**, CNPJ/MF sob nº 56.419.492/0001-09, com sede à Praça das Dracenas, 78, Sala 1-B, Centro Comercial Alphaville, Barueri/SP, CEP 06453-064, neste ato representada pelo seu Procurador, o Senhor **FAUSTO DOMINGOS NASCIMENTO JUNIOR**, portador da Carteira de Identidade nº 8.778.452, expedida pelo SSP/SP, CPF nº 925.901.368-20, em conformidade com o Contrato Social da empresa, doravante denominada **CONTRATADA**, de acordo com a minuta examinada e aprovada por meio do Parecer nº 435/2011 - CONJUR/MDS, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, no Decreto nº 3.722, de 09 de janeiro de 2001, Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008, e demais normas que regem a espécie, observando o que consta no Processo nº 71000.067366/2011-78 e no Termo de Dispensa de Licitação nº 47/2011, resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. Contratação direta de empresa prestadora de serviços de suporte operacional especializado do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em conformidade com o estabelecido no Aditivo ao Termo de Conciliação Judicial, celebrado nos autos do Processo nº 00810-2006-017-10-00-7.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO**

2.1. Constituem partes integrantes deste instrumento contratual, para todos os efeitos, o Termo de Dispensa de Licitação nº 47/2011 e o Termo de Referência, que originaram a presente contratação.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO E QUANTITATIVO DE POSTOS DE SERVIÇOS**

3.1. Os serviços, de que trata o objeto da contratação, serão executados de forma indireta, por intermédio das categorias abaixo-indicadas e respectivos quantitativos máximos de postos de serviços, alcançados de acordo com as necessidades de execução das atividades do Órgão, em continuidade ao desenvolvimento das políticas sociais do Governo Federal:

3.1.1 Serviço de Suporte Operacional Especializado – Nível I, no total de 49 postos;

3.1.2 Serviço de Suporte Operacional Especializado – Nível II, no total de 67 postos.

3.2. A CONTRATANTE apenas efetuará o pagamento dos serviços que venham a ser efetivamente executados, não lhe sendo atribuídas obrigações de pagamento de quaisquer valores, seja a título de franquias, garantia ou quaisquer outros motivos.

## **CLÁUSULA QUARTA – DAS ATRIBUIÇÕES BÁSICAS E PERFIL DO PROFISSIONAL.**

4.1. **Posto de Serviço de Suporte Operacional Especializado – nível I. Descrição dos Serviços:** assistência e apoio à execução especializada de atividades de desenvolvimento de sistemas administrativos; auxílio para o controle e acompanhamento de processos de trabalho; assistência na análise organizacional, com vistas à melhoria da gestão, e execução de outras atividades correlatas.

4.1.1. Qualificação mínima exigida: curso de ensino superior completo; 2 (dois) anos de experiência em serviços semelhantes aos descritos no item 4.1; operação de microcomputadores e em ambiente Windows, nas ferramentas Word, Excel, e nas correspondentes do BR Office.

4.2. **Posto de Serviço de Suporte Operacional Especializado – nível II. Descrição dos Serviços:** prestação de suporte especializado nas atividades administrativas; apoio em assessoramento na elaboração de informações, relatórios, projetos e demais exames necessários; auxílio na busca e fornecimento de subsídios aos estudos que visam o aprimoramento das rotinas administrativas, oferecimento de suporte técnico na coleta e sistematização de informações estatísticas e execução de outros serviços correlatos.

4.2.1. Qualificação mínima exigida: curso de ensino superior completo; 3 (três) anos de experiência em serviços semelhantes aos descritos no item 5.2 e operação de microcomputadores, além de conhecimentos avançados do ambiente Windows, nas ferramentas Word, Excel e Power Point, e nas correspondentes do BR Office.



## **CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

5.1. Os serviços serão executados na Sede e nas diversas unidades do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, situadas nos seguintes endereços: Esplanada dos Ministérios Blocos "A", "C" e "F"; Setor de Autarquias Norte, Quadra 03, Lote "A", edifício DNIT; Setor de Administração Federal Sul, Quadra 02, Bloco "H", Lote 08; SAAN, Quadra 04, lote 916; e, SEP/Norte, Quadra 515, Lote 02 Bloco "B", Edifício Ômega.

## **CLÁUSULA SEXTA - DA SUPERVISÃO E CONTROLE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

6.1. Caberá à CONTRATADA a designação formal de um preposto para representá-la junto ao MDS, em tempo integral, e para exercer a supervisão e controle do pessoal alocado para execução dos serviços, inclusive quanto ao cumprimento da jornada de trabalho, respondendo perante a CONTRATANTE por todos os atos e fatos gerados ou provocados pelo seu pessoal, sem ônus para a CONTRATANTE.

6.2. A CONTRATANTE, por intermédio da Coordenação-Geral de Recursos Humanos e/ou do fiscal do contrato, poderá, ao seu exclusivo critério, exigir a imediata substituição de profissionais alocados para execução dos serviços contratados.

6.3. A CONTRATANTE poderá também rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados, se em desacordo com as condições e parâmetros previstos em Contrato, estabelecidos em norma legal ou na respectiva ordem de serviço, sob o aspecto de quantidade, de qualidade e/ou técnico.

6.4. Esta supervisão será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, não se fazendo necessária qualquer manifestação da CONTRATANTE sobre a sua requisição.

6.5. Caso a CONTRATADA se recuse, demore, negligencie ou deixe de eliminar as falhas, vícios, defeitos ou imperfeições apontadas, a CONTRATANTE, ao seu exclusivo critério, poderá efetuar reparos e substituições necessárias, por seus próprios meios, ou de terceiros, deduzindo os totais dessas despesas correspondentes dos valores dos serviços contratados e não realizados, independentemente de penalizações realizadas pelo Ordenador de Despesas

6.6. Será adotado, para fins de controle e solicitação dos serviços a serem prestados pela CONTRATADA, o modelo de Ordem de Serviço referenciado no Anexo deste Contrato, que especificará individualmente os responsáveis pela solicitação, autorização e acompanhamento da execução e atesto dos serviços prestados, em cada uma das unidades administrativas da CONTRATANTE.

6.7. A CONTRATADA responderá diretamente por todas e quaisquer perdas e danos causados a bens ou pessoas, inclusive em propriedades vizinhas, que sejam decorrentes de omissões e atos praticados por seus funcionários e prepostos, fornecedores, bem como originados de infrações ou inobservância de leis, decretos, regulamentos, portarias e posturas oficiais em vigor, devendo indenizar a CONTRATANTE por quaisquer pagamentos que este seja obrigado a fazer, a esse título, incluindo multas, correções monetárias e acréscimos de mora.





6.8. A CONTRATADA deverá manter atualizado e disponível à CONTRATANTE, Diário de Ocorrências contendo os registros de fatos relativos aos serviços, como: entrada e saída de equipamentos, serviços em andamento, efetivo de pessoal entre outros

6.9. O pagamento dos serviços prestados neste contrato somente será realizado após o recebimento e conferência, pela CGRH e fiscal contratual, pela CONTRATADA, e da anuência aos serviços prestados, pela unidade em que os profissionais prestaram seus serviços.

6.10. A CONTRATADA deverá a encaminhar à Coordenação-Geral de Recursos Humanos e/ou e fiscal do Contrato, juntamente com o relatório mensal de serviços, o registro da frequência de seus empregados e cópia da correspondente folha de pagamento. Eventuais faltas e atrasos serão deduzidos do valor da fatura mensal dos serviços executados no período, exceto se devidamente substituídos por profissionais especificamente alocados ao contrato, na forma estabelecida por este contrato.

6.11. Em razão da ausência de parâmetros que fundamentem adequadamente a avaliação destes serviços no âmbito do MDS, diante de sua natureza, deixa-se de utilizar a sistemática de Acordo de Nível de Serviços- ANS previsto na Instrução Normativa SLTI nº 2, de 2008, alterada pela Instrução Normativa SLTI nº 3, de 2009, adotando, portanto, o parâmetro de postos preenchidos e serviços adequadamente prestados como forma de acompanhar a execução e realizar a gestão do contrato, mediante acordo formal entre as duas partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

6.11.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA, mediante mútuo acordo, envidarão esforços no sentido de se buscar níveis adequados de produtividade de referência, que serão considerados, no caso de implementação na avaliação do nível dos serviços prestados.

6.12. A presença da fiscalização durante a execução dos serviços, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou corresponsabilidade com a CONTRATADA, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços que lhes couber na forma da legislação em vigor.

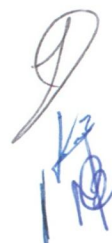
6.13. Sem prejuízo do disposto no Termo de Referência, a fiscalização do contrato obedecerá às disposições do Anexo IV da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

6.14. Os pagamentos mensais periódicos, pela CONTRATANTE, condicionar-se-ão à efetiva comprovação de que a CONTRATADA cumpriu todas as suas obrigações, especialmente as de natureza trabalhista, previdenciária, social e fiscal, quanto aos profissionais alocados e serviços realizados em benefício do MDS, na forma prescrita pelo Termo de Referência, neste Contrato e/ou na legislação pertinente.

6.15. A execução completa deste contrato só acontecerá quando o contratado comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referentes à mão de obra utilizada.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A Contratada obriga-se a:



7.1. Empregar, na execução dos serviços, pessoal devidamente qualificado, na forma pré-estabelecida na cláusula Quarta deste Contrato, com o fornecimento de crachá de Identificação, de uso obrigatório ao acesso às dependências do órgão, do primeiro ao último dia de prestação de serviços, conforme modelo aprovado pela CONTRATANTE.

7.2. Apresentar à CONTRATANTE, mensalmente, relação nominal, com número de Cadastro de Pessoas Físicas, dos empregados em atividade nas dependências da CONTRATANTE, mencionando os respectivos endereços residenciais, unidade administrativa do MDS à qual prestou o serviço, localização física do local de trabalho e telefone para contato, devendo comunicar qualquer alteração.

7.3. Manter supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante legal ou preposto para tratar de todos os assuntos relacionados a este contrato junto à CONTRATANTE, sem ônus adicional para este Ministério.

7.4. Cumprir a legislação fiscal, trabalhista, previdenciária e social dos profissionais alocados, inclusive no que se refere à jornada de trabalho, ao pagamento de salário no prazo da lei, apresentando, previamente, à CONTRATANTE, calendário de pagamento dos prestadores de serviços que exercem suas atividades no MDS.

7.5. Iniciar, após o recebimento da autorização, a execução dos serviços contratados, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades no prazo máximo estabelecido no Termo de Referência.

7.6. Realizar, às suas expensas, na forma da legislação pertinente, tanto na admissão como durante a vigência do contrato de trabalho de seus empregados, os exames médicos exigidos por força de Lei.

7.7. Prever e prover o pessoal necessário para garantir a execução dos serviços, nos regimes contratados, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licenças, falta ao serviço, demissão e outros análogos, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente.

7.8. Atender de imediato as solicitações quanto à substituição de pessoal considerado inadequado para a prestação dos serviços.

7.9. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços constantes deste Contrato.

7.10. Exercer o controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados e apresentar relatórios mensais de frequência, abatendo faltas e atrasos por ocasião da elaboração da fatura.

7.11. O relatório mensal de frequência deverá conter, também, a unidade administrativa da CONTRATANTE onde o prestador de serviços exerce suas atividades, para contato e acompanhamento por parte do fiscal do contrato.





7.12. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada nas instalações onde houver prestação dos serviços.

7.13. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga prontamente a atender.

7.14. Fornecer aos seus empregados vale-alimentação, no mínimo em valor e condições iguais às estabelecidas em Convenção Coletiva de Trabalho da categoria.

7.14.1. Proceder ao pagamento do vale-alimentação/refeição ao empregado até o quinto dia útil ao mês de sua competência.

7.15. Fornecer aos empregados vale transporte (ligação entre o endereço residencial do prestador de serviço ao local de trabalho e vice-versa), bem assim o Plano de Saúde Básico, nos termos do estabelecido em Convenção Coletiva de Trabalho da categoria.

7.16. Arcar com todos os encargos sociais, trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciários previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregador, não transferindo a responsabilidade por seu pagamento a CONTRATANTE, nem onerando o objeto do contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

7.17. Apresentar mensalmente ao CONTRATANTE a comprovação do recolhimento do FGTS e INSS, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, como condição fundamental para o atesto e liberação dos pagamentos das faturas apresentadas à Coordenação-Geral de Licitação e Contratos.

7.18. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de seus empregados, quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades.

7.19. Responder por danos e desaparecimentos de bens materiais e avarias causadas por seus empregados ou preposto ao MDS ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade, de acordo com o art. 70, da Lei nº 8.666, de 1993.

7.20. Manter durante a vigência do Contrato as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

7.21. Reconhecer que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Ministério, não exime a CONTRATADA de total responsabilidade quanto à execução dos serviços.

7.22. Elaborar e apresentar a CONTRATANTE, mensalmente, relatório contendo detalhamento do quantitativo por categoria dos serviços prestados, bem como outros relatórios, relacionados ao Contrato, solicitados pela CONTRATANTE.

7.22.1. Reconhecer que o Relatório Mensal servirá de base para o faturamento mensal dos serviços e deverá ter uma cópia juntada ao processo de pagamento mensal.

7.23. Manter os seus empregados informados quanto às normas disciplinares da CONTRATANTE, exigindo sua fiel observância, especialmente quanto à utilização e segurança das instalações.

7.24. Ressarcir eventuais despesas de telefonia que porventura venham a ser apuradas em decorrência da utilização indevida, por seus empregados, de linhas diretas e ou ramais com aparelhos de telefone e/ou fax.

7.25. Manter os postos e funções ocupadas durante os afastamentos de empregados em decorrência de férias ou qualquer outro motivo, devendo todas as substituições serem comunicadas por escrito à CONTRATANTE, sendo que os empregados substitutos devem ser orientados sobre a natureza dos serviços e, necessariamente, ser apresentado a CONTRATANTE pelo preposto da CONTRATADA.

7.25.1. Assegurar que os profissionais substitutos tenham a mesma qualificação, competência e experiência dos substituídos e estão condicionados à aprovação da CONTRATANTE.

7.26. Efetuar os pagamentos mensais até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido dos salários de seus empregados, utilizados nos serviços contratados pela CONTRATANTE, bem como demonstrar o recolhimento no prazo legal de todos os encargos decorrentes da contratação dos mesmos, exibindo, ainda, sempre que lhes forem solicitadas, as comprovações de cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e sociais, inclusive, entrega de vales-transporte, tickets-alimentação e planos de saúde, conforme condições regularmente estipuladas.

7.27. Abster-se de utilizar eventuais atrasos no pagamento de fatura, pela CONTRATANTE, decorrente de falhas no faturamento, falta de documentação exigida ou outras razões, como causa da não-realização dos pagamentos aos seus empregados, nas datas regulamentares.

7.28. Manter os seus empregados atualizados tecnologicamente, arcando com todos os ônus, referentes aos treinamentos e participação em eventos de caráter técnico que permitam a prestação dos serviços descritos neste Contrato em regime de excelência.

## **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

A Contratante obriga-se a:

8.1. Acompanhar e efetuar a fiscalização dos serviços contratados, devendo para tanto nomear fiscal de contrato que se responsabilizará pelo acompanhamento dos serviços, conferência e atesto das faturas e cumprimento das demais exigências previstas neste documento.

8.2. Disponibilizar o local e os meios materiais para a execução dos serviços.





- 8.3. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados
- 8.4. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com o contrato, assegurando-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho.
- 8.5. Facilitar o acesso às dependências do CONTRATANTE, de todos os profissionais envolvidos nos serviços, desde que devidamente identificados.
- 8.6. Exigir o imediato afastamento e substituição de qualquer prestador de serviço ou preposto que considere inadequado ao trato dos serviços, produza complicações para a supervisão e fiscalização, ou que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das atribuições que lhe foram designadas.
- 8.7. Notificar, por escrito, à CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

### **CLÁUSULA NONA - DOS PREÇOS**

- 9.1. Pelos serviços ora contratados a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, os preços mensais abaixo indicados, por posto de serviço efetivamente executado, levando-se em consideração cada categoria de serviço a seguir relacionada:

13.1.1. Suporte Operacional Especializado – Nível I R\$ 441.332,05 mensal.

13.1.2. Suporte Operacional Especializado – Nível II R\$ 806.941,75 mensal.

- 9.2. O valor total mensal estimado do presente Contrato é de R\$ 1.248.273,80 (um milhão, duzentos e quarenta e oito mil, duzentos e setenta e três reais e oitenta centavos), perfazendo o valor total global estimado de R\$ 2.496.547,60 (dois milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, quinhentos e quarenta e sete reais e sessenta centavos).

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO**

- 10.1. O pagamento será realizado, mensalmente, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante a apresentação de Notas Fiscais/Faturas, que deverá ocorrer até o segundo dia útil, também subsequente ao da prestação dos serviços, acompanhadas das seguintes comprovações:

10.1.1. Do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (FGTS e INSS), relativos ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º art. 31 da Lei nº 9.032, de 1995.

10.1.2. Da regularidade fiscal constatada através de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido sistema mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou a documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993; e do cumprimento das obrigações trabalhistas correspondentes a última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela CONTRATANTE.



10.1.3. Serão feitos descontos à proporção de 1/22 (um vinte e dois avos) do valor do posto por dia que ficar descoberto, até o limite de 22/22 (um inteiro), ou seja, do valor de um posto/mês.

10.1.4. Entende-se por posto a descoberto a ausência igual ou superior a 1 (uma) hora/dia, do funcionário alocado à respectiva prestação dos serviços.

10.2. O pagamento será creditado em favor da CONTRATADA, através de emissão de Ordem Bancária contra o Banco do Brasil S.A., e creditado no estabelecimento bancário indicado em sua proposta comercial.

10.3. Em cumprimento ao disposto no artigo 64, da Lei nº 9.430, de 1996, e na Instrução Normativa nº480, de 2004, da Secretaria da Receita Federal – SRF, a CONTRATANTE reterá na fonte o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), bem assim a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar à CONTRATADA.

10.3.1. Antes de efetuado cada pagamento à CONTRATADA, será realizado consulta junto ao SICAF visando averiguar a situação da mesma em relação às condições de habilitação, conforme exigências do processo licitatório, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo correspondente.

10.4. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na CONTRATANTE em favor da CONTRATADA ou deduzida da garantia contratual (a qual deverá, neste caso, ter seu valor reposto em até 15 dias corridos), ao critério exclusivo da CONTRATANTE. Se, eventualmente, o valor da multa for superior ao crédito ou garantia existentes, a diferença será cobrada administrativa ou judicialmente, se necessário.

10.5. O Relatório Mensal referenciado no item 7.22 servirá de base para o faturamento mensal dos serviços e deverá ter uma cópia juntada ao processo de pagamento mensal.

10.6. Na forma do Art. 19-A da Instrução Normativa nº 02, de 2008, será retido a título de provisão para pagamento de encargos trabalhistas os percentuais incidentes sobre o total da remuneração, como abaixo:

I) Recolhimento à conta vinculada

ITEM	%	PERIODICIDADE
13º SALÁRIO	8,33%	Mensal
Férias e Abono de Férias	12,10%	Mensal
Adicional do FGTS/ Rescisão sem justa causa	X%	Mensal
Subtotal	X%	
Grupo A sobre Férias e 13º Salário	X%	Mensal
TOTAL	X%	

II) Retenção mensal na fatura dos valores referentes ao Fundo de Garantia e Tempo de Serviço (FGTS) para recolhimento direto nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores da Contratada.

10.7. Os valores da provisão, calculados na forma do **nº I do subitem 10.6**, serão depositados em instituição bancária oficial, em conta vinculada, bloqueada para movimentação em nome da Contratada, sendo liberada para o pagamento direto aos trabalhadores nas condições estipuladas no item **15 – DA CONTA VINCULADA**, do Termo de Referência.

10.8. O depósito bancário produzirá os efeitos jurídicos da quitação da prestação devida.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, para o exercício de 2011, a cargo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, obedecendo à seguinte classificação orçamentária: funcional programática 08.122.0750.2000.0001 – Administração da Unidade - Nacional, PTRES 007584, FT 0151, ND 3.90.37, SB 01, PI 12000405046, no valor de R\$ 7.489.642,82, Unidade Gestora 550005 – Coordenação-Geral de Logística e Administração.

11.2. Para tanto foi emitida a Nota de Empenho nº 2011NE800458.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

12.1. Este Contrato terá a vigência de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua assinatura, podendo encerrar-se antecipadamente, em razão da conclusão de procedimento licitatório para a contratação do presente objeto, o que ocorrer primeiro.

12.2. Poderá ainda ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções abaixo, previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa de mora correspondente nos seguintes termos:

13.1.2.1 do 1º (primeiro) ao 60º (sexagésimo) dia de atraso: aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso;

13.1.2.2 atrasos superiores a 60 (sessenta) dias configurar-se-ão em flagrante inexecução do serviço e implicarão multa correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.

13.2. Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

13.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a



reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contrato ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada no item anterior.

13.4. As sanções previstas nos itens 13.1.1, 13.1.3 e 13.1.4 poderão ser aplicadas juntamente com a do item 13.1.2, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.5. A sanção estabelecida no item 13.1.4 é de competência exclusiva da Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação. O pedido de reconsideração, de decisão da Ministra de Estado de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, é cabível no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

13.6. O valor da multa deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação (em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Guia de Recolhimento Único – GRU, a ser emitida pela Contratante). Se o valor da multa não for pago ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente,

13.7. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso na prestação do serviço objeto deste Contrato, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

13.8. Da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, observado o disposto no subitem 13.3.

13.9. Caberá ao Ordenador de Despesa, após o devido processo legal, garantido o contraditório e a ampla defesa, decidir pela aplicação da sanção administrativa cabível, observado o disposto no subitem 13.3.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA**

14.1. Para assinatura do Contrato, a CONTRATADA prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, nos termos do artigo 56 e seus parágrafos, da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. Obrigatoriamente, a Garantia deverá cobrir, também, valores decorrentes de penalidades de multas contratualmente estabelecidas, reposições ao erário, bem como obrigações trabalhistas da Contratada.

14.3. A garantia prestada, na forma mencionada, deverá ter validade de 3 (três) meses após o término da vigência contratual e somente será liberada ante a comprovação de que foram pagas todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação. Caso o pagamento não seja realizado até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração, em consonância com o art. 19, XIX, da Instrução Normativa SLTI nº 02.



## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

15.1. Este Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos termos do art. 65, da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, mediante Termo Aditivo, numerado em ordem crescente e publicado no Diário Oficial da União.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

16.1. A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao volume de serviços, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente Contrato, nos termos do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

17.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80, da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.

17.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.3. A rescisão deste Contrato poderá ser:

17.3.1 Determinada por ato unilateral da CONTRATANTE, na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93, com suas ulteriores alterações;

17.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE; ou

17.3.3 Judicial, nos termos da legislação.

17.4. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, observados o contraditório e a ampla defesa.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA REPACTUAÇÃO**

18.1. Os preços poderão ser repactuados, desde que por solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, após o decurso mínimo de um ano da data do acordo, da convenção ou do dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, no Distrito Federal, a que se referir a proposta que integra o presente contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS**

19.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas disposições deste Instrumento serão resolvidos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações posteriores, na IN/MPOG/SLTI 02, de 2008, e demais regulamentos e normas administrativas federais que regem a matéria.





## CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

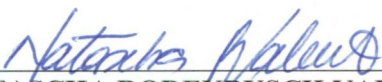
20.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento, nos termos do Parágrafo único do art. 61, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1. As questões decorrentes da execução deste Contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Seção Judiciária do Distrito Federal.

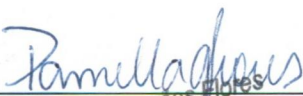
E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.


Brasília, 29 de AGOSTO de 2011.

  
NATASCHA RODENBUSCH VALENTE  
CONTRATANTE

  
FAUSTO DOMINGOS NASCIMENTO JUNIOR  
CONTRATADA

## TESTEMUNHAS:

  
Nome: Guimarães  
CPE: Coordenação de Contratos  
SIAPE: 1320261

  
Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: 567.230.755-87  
Works Construção e Serviços Ltda  
Luiz Cláudio Pereira Santos  
Supervisor - Preposto